
**UM CASO DE DUPLA IDENTIDADE, JUDIA E CATÓLICA, NO ESPAÇO
ECONÓMICO-CULTURAL CABO-VERDIANO DA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX**

**A CASE OF DUAL IDENTITY, JEWISH AND CATHOLIC, IN THE
CAPEVERDEAN ECONOMIC AND CULTURAL SPACE OF THE SECOND
HALF OF THE 19TH CENTURY**

**UN CASO DE DOBLE IDENTIDAD, JUDÍA Y CATÓLICA, EN EL ESPACIO
ECONÓMICO Y CULTURAL CABOVERDIANO DE LA SEGUNDA MITAD DEL
SIGLO XIX**

**UN CAS DE DOUBLE IDENTITÉ, JUIVE ET CATHOLIQUE, DANS L'ESPACE
ÉCONOMIQUE ET CULTUREL CAPVERDIEN DE LA SECONDE MOITIÉ DU
XIX^E SIÈCLE**

Marco Piazza

Professor Associado, Universidade Roma Tre; Departamento de Filosofia, Comunicação e Artes
Visuais, Roma, Itália.

marco.piazza@uniroma3.it

<https://orcid.org/0000-0001-7105-2017>

Recebido em: 05/03/2024

Aceito para publicação: 13/11/2024

Resumo

A presença judaica em Cabo Verde deixou poucos vestígios: algumas sepulturas, apelidos, memórias orais e um par de nomes de lugares. Todavia, esta micro-história é emblemática no que diz respeito à identidade cabo-verdiana, à 'caboverdianidade', que pode ser definida como intrinsecamente intercultural. Ao longo dos séculos, elementos judaicos misturaram-se com elementos cristãos e de outras origens de uma forma original. Este artigo apresenta um estudo de caso peculiar, nomeadamente a figura de um homem com dupla identidade, judia e católica, que viveu na segunda metade do século XIX, principalmente na ilha de S. Nicolau, onde o seu túmulo é ainda hoje preservado. O artigo contém a primeira decifração conhecida da inscrição hebraica no túmulo acima mencionado.

Palavras-chave: Judeus, Cabo Verde, Dupla identidade, S. Nicolau, Túmulos.

Abstract

The Jewish presence in Cape Verde left little trace: a few graves, surnames, oral memories and a couple of place names. However, this micro-history is emblematic of Cape Verdean identity, of 'Cape Verdeanness' (*caboverdianidade*), which can be defined as intrinsically intercultural. Over the centuries, Jewish elements have mixed with Christian and other elements in an original way. This article presents a peculiar case study, namely the figure of a man with a dual identity, Jewish and Catholic,

who lived in the second half of the 19th century, mainly on the island of S. Nicolau, where his tomb is still preserved today. The article contains the first known decipherment of the Hebrew inscription on the aforementioned tomb.

Keywords: Jews, Cape Verde, Dual Identity, S. Nicolau, Tombs.

Resumen

La presencia judía en Cabo Verde dejó pocas huellas: algunas tumbas, apellidos, recuerdos orales y un par de topónimos. Sin embargo, esta microhistoria es emblemática de la identidad caboverdiana, de la 'caboverdianidad' (*caboverdianidade*), que puede definirse como intrínsecamente intercultural. A lo largo de los siglos, los elementos judíos se han mezclado con los cristianos y otros elementos de forma original. Este artículo presenta un caso de estudio peculiar, a saber, la figura de un hombre con doble identidad, judía y católica, que vivió en la segunda mitad del siglo XIX, principalmente en la isla de San Nicolás, donde aún hoy se conserva su tumba. El artículo contiene el primer desciframiento conocido de la inscripción hebrea de la citada tumba.

Palabras clave: Judíos, Cabo Verde, Doble Identidad, S. Nicolau, Tumbas.

Résumé

La présence juive au Cap-Vert a laissé peu de traces : quelques tombes, des noms de famille, des souvenirs oraux et quelques noms de lieux. Cependant, cette micro-histoire est emblématique de l'identité cap-verdienne, de la 'cap-verdianité' (*caboverdianidade*), qui peut être définie comme intrinsèquement interculturelle. Au fil des siècles, des éléments juifs se sont mêlés à des éléments chrétiens et autres de manière originale. Cet article présente une étude de cas particulière, à savoir la figure d'un homme à la double identité, juive et catholique, qui a vécu dans la seconde moitié du XIXe siècle, principalement sur l'île de Saint-Nicolas, où sa tombe est encore conservée aujourd'hui. L'article contient le premier déchiffrement connu de l'inscription hébraïque sur la tombe susmentionnée.

Mots clés : Juifs, Cap-Vert, Double identité, S. Nicolau, Tombes.

Introdução

Há duas rotas principais através das quais a presença judaica penetrou no espaço geográfico e cultural das ilhas de Cabo Verde: a emigração dos cristãos novos, especialmente durante o século XVI, e a dos judeus do Norte da África por volta de meados do século XIX.

A história desta presença tem sido objecto de atenção por parte dos historiadores há já algum tempo. No entanto, ainda não há trabalho orgânico sobre este assunto. Também porque nem sempre há acordo em considerar a presença dos cristãos novos nos primeiros séculos da população das ilhas como um capítulo integral desta história 'bipartida'. Uma linha de interpretação sugerida num trabalho recente (PIAZZA, 2020), que reiteramos na abertura deste artigo, dedicado a examinar em particular uma figura pertencente ao grupo dos judeus que emigraram nas ilhas durante o século XIX: um comerciante judeu marroquino que manteve uma dupla identidade, judia e católica, dotando-se de um apelido português, mas mantendo o seu apelido original ao ponto de o transmitir a alguns dos seus filhos, e ser sepultado com um túmulo com uma inscrição apenas em letras hebraicas.

Judeus e cristãos novos em Cabo Verde

A população das ilhas de Cabo Verde tem sido marcada desde o início pelo pluralismo e pela hibridização: europeus (especialmente portugueses, espanhóis e italianos) e africanos (das várias áreas de origem dos escravos retirados da costa ocidental do continente) criaram uma sociedade mista na qual uma componente importante, do ponto de vista identitário e religioso, foi composta, desde o início do século XVI por cristãos novos, ou seja, por judeus que se converteram à força ao cristianismo para evitar a expulsão da Península Ibérica e que trouxeram consigo uma cultura e uma espiritualidade que ressoavam com as suas origens judaicas, a ponto de retomar, em certos casos, a fé no judaísmo e nas suas tradições (GREEN, 2009). De facto, devemos recordar que a expulsão dos judeus da Espanha e depois de Portugal no final do século XV foi marcada pelo fenómeno das conversões forçadas de muitos judeus, que se tornaram cristãos a fim de não serem expulsos. Mais precisamente, na Espanha, o fenómeno das conversões forçadas precedeu a expulsão por um século, uma vez que começou em 1391 (YERUSHALMI, 1981, p. 6). Em Portugal foi o próprio Rei Manoel I que, ao decretar a sua expulsão, induziu a conversão em massa dos judeus, então chamados “cristãos novos” para os distinguir dos outros cristãos, agora chamados “cristãos velhos”. Muitos dos convertidos em Portugal em 1497 vinham de Castela e tinham procurado refúgio em Portugal depois dos monarcas católicos terem expulsado os judeus em 1492. Aqueles que não desejavam converter-se e preferiam permanecer fiéis à sua tradição religiosa tiveram que abandonar a Península Ibérica e emigrar para terras mais acolhedoras, em particular para as cidades portuárias da Europa Atlântica (CORREIA E SILVA, 1995, p. 8). Para além dos que permaneceram judeus para todos os efeitos, muitos cristãos novos também emigraram durante este período, atraídos pelas perspectivas comerciais abertas pelo comércio internacional e pelo desejo de viver em territórios onde pudessem regressar livremente a professar o seu culto original. Após a instituição da Inquisição em Portugal em 1536, os cristãos novos deixaram o país para escapar à violência da perseguição (YERUSHALMI, 1981, p. 8). De facto, eram suspeitos de judaizar, ou seja, de se terem convertidos apenas à superfície – para permanecerem nos seus países de residência – enquanto professavam secretamente o seu antigo culto. Mas não se deve esquecer que, nas primeiras décadas do século XVI, a coroa portuguesa tinha explorado o reservatório de cristãos novos para seleccionar indivíduos a serem enviados à força para os novos territórios ultramarinos como colonos. E que, entre 1507 e 1515, após o terrível pogrom de 1506 em Lisboa, em força de um edito real do 1 Março 1507, os cristãos novos foram autorizados a emigrar em Cabo Verde sem necessidade de autorização (BALENO CABRAL, 1991, p. 151; GREEN, 2006, p. 68; SOYER, 2007).

Neste período, é mais provável que foram os cristãos novos e não tanto os verdadeiros judeus que emigraram para Cabo Verde. Os judeus preferiam outros destinos, onde existiam comunidades organizadas que lhes permitiam continuar a adorar da forma tradicional e onde podiam encontrar escolas religiosas e pessoas da mesma fé com as quais podiam formar casamentos e alianças de negócios. Pelo contrário, os cristãos novos poderiam ser atraídos para um local tão remoto, desprovido de qualquer comunidade judaica, por duas razões principais: a possibilidade de continuar a judaizar de uma forma oculta, como cripto-judeus, e as perspectivas comerciais atrativas abertas pelo tráfego triangular.

Por isso os cristãos novos tiveram provavelmente uma estadia mais fácil nas ilhas, enquanto os judeus menos, embora alguns deles tenham certamente frequentado Cabo Verde e a costa da Guiné durante os séculos da Inquisição, principalmente por razões comerciais.

De facto, as fontes falam principalmente de cristãos novos e não de judeus (BALENO CABRAL, 1991, p. 151), embora alguns documentos se refiram a eles com a expressão “gente da nação”/“gente de nação” ou “homens da nação”/“homens de nação”, ou seja, gente ou homens da nação judaica (CARREIRA, 2000, p. 177). Esta última expressão é utilizada principalmente em referência aos comerciantes da costa guineense provenientes de portos europeus, que certamente reconheceram nos cristãos novos parceiros comerciais mais fiáveis do que outros (TORRÃO, 1995, p. 74). Também se deve considerar que no segundo quarto do século XVI, os escravos de Castela eram quase todos “conversos”, o equivalente espanhol dos “cristãos novos”. Os cristãos novos tiraram partido da sua diversidade – devido à jurisdição especial a que estavam sujeitos, que os proibia de exercer toda uma série de cargos e tarefas – para se especializarem no comércio e, de facto, em Portugal uma das formas de se referirem a eles era a expressão “homens de negócios” (YERUSHALMI, 1981, p. 16).

Em termos mais gerais, entre os séculos XVI e XVII, cerca de metade da chamada «Nação portuguesa» era composta por cristãos novos.

O judaísmo e o sentimento de pertencer a uma comunidade judaica mais vasta eram centrais para a experiência de muitos membros da Nação portuguesa e, de facto, proporcionavam ligações-chave mantendo certas famílias unidas, mas é importante notar que esta comunidade tinha uma cultura religiosa composta que misturava elementos judeus e cristãos de formas complexas. (STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 11).

E as rotas pelas quais os membros da nação viajaram na direcção do Novo Mundo passaram por Cabo Verde, tal como foi reconstruído (STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 38).

Aqueles que se estabeleceram no arquipélago eram, portanto, cristãos novos, como também é demonstrado pelo facto que os apelidos destas pessoas, com algumas exceções, eram geralmente apelidos que os judeus assumiram apagar as suas origens reciclando-se a si próprios como cristãos. Trata-se de apelidos ainda hoje difusos na população cabo-verdiana, tirados sobretudo do reino vegetal e animal ou dos nomes de cidades e lugares de proveniência: Cabral, Coelho (segundo alguns em vez do apelido Cohen), Lobo, Pinto, Carvalho, Figueira, Oliveira (“vendedor de azeite”), Pereira (“lugar com pera” para designar Espanha, também chamado “Perera”), Pinheiro, Rosa, e Silva, ou alguns apelidos ligados a cidades ou lugares, tais como Leão (de “Leon” em Espanha) ou Lima (de “Ponte de Lima” em Portugal) (FAIGUENBOIM, VALADARES, CAMPAGNANO, 2003). Mas outros apelidos ainda hoje comuns no arquipélago, como Henriques, Mendes ou Rodrigues, foram também frequentes entre os cristãos novos (FAIGUENBOIM, VALADARES, CAMPAGNANO, 2003), e também entre aqueles que habitavam as ilhas (GREEN, 2006; 2009). A propósito, isto não significa que aqueles que hoje têm estes apelidos sejam biologicamente descendentes de cristãos novos, porque deve ser levado em consideração que os seus antepassados podem ter

sido escravizados por escravagistas europeus e forçados a adotar tais apelidos pelos seus proprietários (GOTTLIEB, 2019, p. 58, n. 33).

Em alguns casos, como mencionado antes, a emigração dos cristãos novos para Cabo Verde foi encorajada já no final do século XV pela monarquia portuguesa, em busca de colonos para enviar para as ilhas. Isto produziu tensões com as principais autoridades locais, e a adoção de medidas para limitar e regular a estabilização dos cristãos novos nas ilhas. Mas estas medidas foram ineficazes, pelo que o seu fluxo foi constante durante o século XVI (BALENO CABRAL, 1991, p. 164, 170) e a sua presença permaneceu substancial em meados do século seguinte, como atestam os documentos da época (COHEN, 2002, p. 91).

Embora longe do centro do reino, os cristãos novos estavam sempre em perigo de serem apanhados pelo olhar da Inquisição, mesmo no arquipélago e na costa da Guiné, onde muitos deles se dedicavam ao comércio. Talvez também se considerassem mais livres para aí professarem o seu antigo culto do que no espaço confinado das ilhas (SANTOS, SOARES, 1995, p. 401, 486). Afinal, na década de 1580, a Inquisição – que tinha chegado à diocese de Cabo Verde na década de 1540 (MENDONÇA DOS SANTOS, 2022, p. 27) – propôs por duas vezes visitas oficiais às ilhas (RIBEIRO DA SILVA, 2004, p. 159). O Santo Ofício foi certamente movido pela preocupação gerada pelo crescente contacto entre comerciantes de várias origens e religiões (MENDONÇA DOS SANTOS, 2022, p. 32). E é certo que no século XVI, na Ribeira Grande (hoje Cidade Velha), existia um gueto, que na altura estava localizado numa rua que no século XVIII ainda se chamava Calháu (CARREIRA, 2000, p. 287). Uma das actividades do Santo Ofício na diocese de Cabo Verde foi a verificação das acusações feitas a eclesiásticos católicos de serem cristãos novos, condição que os impedia de exercer ou assumir determinadas funções, por suspeita de relações com judeus ou marranos entre Cabo Verde e a costa da Guiné (MENDONÇA DOS SANTOS, 2022, p. 41, 52-54). Apesar das várias tentativas de restringir aos cristãos-novos o acesso aos cargos mais cobiçados, estas foram muitas vezes ineficazes, embora em alguns casos a ação do Santo Ofício tivesse mesmo consequências pesadas, como a prisão (MENDONÇA DOS SANTOS, 2022, p. 56, 105).

Este fator parece não ter interrompido completamente as práticas religiosas judaicas: a evidência de uma vida religiosa judaica nos séculos que se seguiram à Inquisição é o lugar que tem o nome de Sinagoga na ilha de Santo Antão, que, como foi recentemente demonstrado (COHEN, 2021, p. 3), data de antes da emigração judaica do século XIX, que discutirei a seguir. Isto significa que pelo menos na primeira metade do século XVIII nesse lugar havia uma habitação ou edifício em que o rito judaico era professado, de forma mais ou menos clandestina, mas não completamente desconhecida pelos habitantes da ilha, que devem ter tomado a referir-se a ela com esse nome.

Quatro séculos após as ilhas terem sido povoadas, uma nova emigração de judeus para Cabo Verde teve lugar. Estes eram judeus sefarditas de Marrocos, que se estabeleceram nas ilhas em meados do século XIX, após um massacre de 400 judeus na cidade de Tetouan. Ao lado dos judeus de Marrocos (particularmente de Tanger, Tetouan, Rabat e Mogador, este último hoje Essaouira), outros judeus chegaram nessa altura de Gibraltar, Argel e Tunes, para se estabelecerem em Cabo Verde (CORREIA, 1998, p. 16); só os naturais de Gibraltar tinham nacionalidade britânica, enquanto os outros tinham outras nacionalidades, incluindo a

francesa (CASTIEL, 2023, p. 109-110). Estes são, entre outros, os Benholiel (mais tarde também: Benoliel), os Brigham, os Wahnnon (mais tarde também: Wahnnon), os Bendavid (mais tarde também: Ben David), os Benrós, os Cohen, cujos descendentes ainda vivem nas ilhas.

Neste caso, falamos de judeus propriamente ditos. Mais uma vez, a escolha de Cabo Verde é determinada pelas condições políticas e económicas. Há principalmente três: a abolição da Inquisição no Império Português (1821), as interessantes perspectivas comerciais abertas pelo Tratado de Comércio e Navegação de 1842 entre a Grã-Bretanha e Portugal (CORREIA, 1998, p. 16) e a Guerra Hispano-Marroquina de 1859-1860, que tinha levado muitos judeus a procurar refúgio em outros lugares (SERELS, 1997). Contudo, a escolha de Cabo Verde foi certamente favorecida pelas perspectivas económicas abertas pelo comércio internacional nas ilhas e por uma cláusula no tratado de 1842 sobre a liberdade de culto, que permitia que às pessoas realizassem ritos em locais designados e enterrassem os seus mortos de acordo com as cerimónias da sua própria religião (CORREIA, 1998, p. 17). Há que acrescentar outro fator decisivo: a “proteção” que o rei de Portugal, D. Luís I, concedeu “a todos os Israelitas do Império Marroquino” em fevereiro de 1864, em resposta a um pedido de ajuda da comunidade judaica daquele país (COUTINHO, 2020, p. 228; CASTIEL, 2023, p. 50-51). Estas duas últimas condições foram decisivas, na minha opinião, para induzir judeus de pleno direito a estabelecerem-se num lugar sem comunidade estruturada, mas onde havia condições para estabelecer uma ou mais (PIAZZA, 2020, p. 29).

Podemos então perguntar-nos porque é que em pouco tempo nas ilhas esta presença foi diluída na maioria católica e em menos de um século não havia mais ninguém para professar a fé judaica. Sabemos, por exemplo, que em 1872, na ilha de Santo Antão, apenas 12 dos 54 judeus praticavam a sua religião (CORREIA, 1998, p. 19). E que por volta de meados do século XX já não há crentes: o túmulo judeu mais recente data de 1950 (COHEN, 2021, p. 15, 19). Creio que a principal razão foi a escassez de mulheres que migraram com estes comerciantes e empresários, levando-os a unirem-se às mulheres locais, dando origem a uma linhagem mista nas ilhas, e a afastarem-se da religião mosaica bastante rapidamente. De facto, para a religião judaica, apenas aqueles que são filhos de mães judias são considerados judeus. Mas a tendência da cultura cabo-verdiana para incorporar e metabolizar rapidamente os contributos culturais do exterior também pode ter contribuído, devido à sua natureza originalmente mista e intercultural. Por outras palavras, nas ilhas, os judeus sefarditas do Norte da África encontraram um ambiente acolhedor desprovido dos encerramentos e da desconfiança típicos de muitos outros contextos europeus da época, marcados por um forte antissemitismo.

Até hoje, como já antecipado, os únicos vestígios desta presença sefardita consistem em alguns cemitérios judeus, apelidos e memórias de família.

Quanto aos cemitérios, estes eram de dois tipos: separados ou ligados aos cemitérios públicos. No primeiro caso, conhecemos os dois cemitérios da ilha de Santo Antão, na Ponta do Sol (autorizado em 1894) e na Penha de França, e o do Pico da Rixa em Sal-Rei, na ilha de Boavista. No segundo caso, existem áreas anexas no cemitério municipal da Praia, na ilha de Santiago (cuja autorização data de 1865), no cemitério de Tabuga, perto da Vila da Ribeira

Brava, na ilha de São Nicolau, e no cemitério de Chã de Cemitério, no Mindelo, na ilha de São Vicente (CORREIA, 1998, p. 108).

Há também uma memória de um cemitério em Brava chamado Cova do Judeu e hoje desaparecido (MEINTEL, 1984, p. 25).

O estudo de caso que focamos nas páginas seguintes diz respeito a uma pessoa enterrada num dos cemitérios mencionados.

Joseph Abitbol alias José Bento d'Oliveira

No cemitério de Tabuga, na ilha de São Nicolau (ver figura n.º 1) encontra-se duas lápides com inscrições em hebraico. Uma está em duas línguas: português e hebraico, a outra exclusivamente em hebraico (ver figura n.º 2). A primeira pertence a Salomão Pimenta, «um dos poucos judeus que tinham vindo de Argel» e que «morreu a 12 de julho de 1866, segundo da inscrição da sua pedra tumular» (COHEN, 2021, p. 9). A segunda pertence a Josef Abitbol, geralmente conhecido como Joseph Abitbol, mas sobretudo... como José Bento de Oliveira. É uma história que tem algo do romance. Começemos pelos dados contidos na inscrição do túmulo, cuja transcrição correta fornecemos pela primeira vez: «Estela funerária de Rav Josef Abitbol falecido na quarta-feira 7 do mês de Tishri 5643 da Criação. Que a sua alma esteja unida no laço da vida». O título «Rav» que se premissa em ambos os nomes dos personagens enterrados, Pimenta e Abitbol, geralmente significa «rabino», contudo, na inscrição portuguesa do túmulo de Pimenta está ausente. É, por isso, muito provavelmente utilizado aqui apenas como uma designação honorária («o honrado Senhor» ou «o grande Senhor»)¹. No calendário gregoriano, a data correspondente ao dia 7 do mês de Tishri do ano 5643 é o dia 20 de Setembro de 1882. E já esta data coloca alguns problemas, porque sabemos com certeza que o homem que levava o nome Josef Abitbol e era também conhecido como José Bento d'Oliveira morreu numa data anterior, como é também atestado por uma *Relação dos europeus falecidos nesta província, e cujas comunicações foram recebidas n'esta secretaria geral, desde 11 de setembro do anno passado*, publicada no *Boletim Official do Governo Geral da Provincia de Cabo-Verde* do dia 28 de maio do 1881. Aí se pode ler: «José Bento d'Oliveira, subdito portuguez, casado, de 64 anos de idade, israelita, natural de Tanger, negociante, residente na ilha de S. Nicolau, filho de Hassan Abitebal e Nana Abitebal» (BOCV, 1881). O nome de José Bento d'Oliveira está inserido entre o de José Luiz da Costa e Silva, falecido em 23 de Dezembro de 1880, e o de Joaquim José d'Oliveira, falecido em 24 de Dezembro do mesmo ano. É, portanto, altamente provável que a sua morte ocorra entre 11 de Setembro e 23 de Dezembro de 1880. A única hipótese plausível para explicar a diferente data na pedra tumular é que esta foi feita em Portugal algum tempo após a morte do homem e que a data incorreta foi um erro feito pela pessoa que esculpiu a inscrição.



Fig. 1 - Cemitério de Tabuga, ilha de São Nicolau (foto do autor)

Já mencionámos que Josef Abitbol é a mesma pessoa que José Bento d’Oliveira. Mas como é que isto aconteceu? E quem era Josef Abitbol? Era um judeu marroquino nascido por volta de 1816 em Tânger, que provavelmente tinha emigrado com a sua família de origem em Lisboa depois de 1837. Aos 50 anos de idade tinha 165 cm de altura e estes são os seus dados de identificação no seu passaporte emitido em 12 de junho de 1866: «Rosto: comprido. Cabelo: castanho. Olhos: azuis. Barba: castanha. Côr: branca» (<<https://www.barrosbrito.com/12220.html>>).



Fig. 2 - Cemitério de Tabuga, estela funerária de Rav Josef Abitbol (foto do autor)

Sabemos que em 1830 uma irmã de Josef, Messoda Abitbol, nasceu em Tânger, cujo nome tinha sido mudado para Fortunata provavelmente depois de emigrar para Portugal, onde tinha casado com Joseph Levy (ABECASSIS, 1990, p. 250). Fortunata (Messoda) Levy nascida Abitbol morrera em Lisboa no dia 12 de Junho de 1917. Em árabe, existe um nome semelhante, Mesauda, que significa precisamente Fortunata. Outra irmã de Josef nasceu em

Tânger sete anos após Messoda: Esther Abitbol, que se casou em Lisboa com Moyses Bento Ruah (1839-1904) em 15 de Dezembro de 1859, para morrer em Lisboa em 2 de Novembro de 1923. Moyses Bento Ruah era também originário de Marrocos. Aos 17 anos, tinha emigrado com a sua família para Faro, no Algarve. Homem religioso observante, transferiu-se com a sua esposa Esther muito mais tarde, para a casa da filha, no 4º andar direito do nº 6 da Rua Ivens, no Chiado.

Um apartamento de 14 divisões que se tornou o ponto de encontro de uma das mais importantes famílias judaicas do país e com grande destaque na sociedade portuguesa. Foi nesta espaçosa casa que viveu o prestigiado fotógrafo da família real, Joshua Benoliel, casado com Simi Ruah, filha de Moysés e Ester, e onde residiu também Joshua Ruah, o conhecido urologista que veio a ser o médico de Álvaro Cunhal e que liderou durante 18 anos a comunidade israelita em Portugal. (PIRES, 2016)

Messoda e Esther eram filhas de Hassan Abitbol – como Josef – e Hannah (ou Hanna), tendo o primeiro falecido em 1862 em Lisboa, a segunda no ano seguinte também em Lisboa (ABECASSIS, 1990, p. 166). Entre 1816, o ano do presumível nascimento de Josef, e 1837, o ano do nascimento de Esther, pouco mais de vinte anos decorrem. Veremos como, a partir de um outro documento, se pode deduzir que a mãe de Josef também se chamava Hanna (e era, portanto, a mesma de Fortunata e Esther), e como, quase certamente, no *Boletim* supramencionado, o seu nome foi transcrito incorretamente como “Nana”.

Sabemos também que Josef Abitbol, que, entretanto, se tinha tornado José para as autoridades portuguesas, já se encontrava em Cabo Verde em 1844. Entre 1844 e 1862, teve sete filhos naturais de Maria das Neves Spencer, uma mulher católica nascida em 14 de Outubro de 1821, portanto cinco anos mais nova do que ele (morrerá no dia 9 de Abril de 1909 em Mindelo, na ilha de São Vicente, vinte e nove anos após o pai dos seus filhos). Todas as sete crianças não levaram o apelido Abitbol, mas o apelido cristão que Josef tinha assumido em Cabo Verde, onde tinha adotado um nome cristão e que fosse ao mesmo tempo uma adaptação do seu nome original: José Bento d’Oliveira (COHEN, 2021, p. 42). É possível que tenha abandonando “Abitbol”, enquanto intraduzível por uma única palavra em português, uma vez que o seu significado em hebraico é equivalente a «homem com tambores» (GUGGENHEIMER, GUGGENHEIMER, 1982, p. 5), enquanto deriva do berbere, no qual está a indicar um «fabricante de tambores» (FAIGUENBOIM, VALADARES, CAMPAGNANO, 2003, p. 131).

Os filhos naturais que teve com Maria das Neves Spencer foram baptizados e levaram os nomes: Carlos Bento (1844), Júlio Bento (1851), Júlia Maria (1853), Raphael (1855: falecido bebé), Ana Maria (1857), Raphael Moysés (1861) e Francisca Maria (1862) (COHEN, 2021, p. 42)².

Josef Abitbol também teve três filhos naturais de uma outra mulher, Rufina Maria d’Oliveira (ou também “de Oliveira”): Salomão Joseph (1860), Maria Rufina (1862) e António (1863) (COHEN, 2021, p. 42)³. Enquanto Maria Rufina levou o apelido cristão do seu pai, d’Oliveira, Salomão e António levaram o judeu, Abitbol! Embora António morreu quando era criança,

encontramos Salomão como estudante de latim em 1877, e novamente em 1918, quando lhe foi atribuída uma missão fiscal. Na prática, de dez filhos, apenas dois mantiveram o apelido de nascimento paterno e apenas um destes dois sobreviveu ao pai!

Dados particularmente interessantes podem ser encontrados no certificado de batismo de António, que remonta a 9 de Janeiro de 1864. Nele se afirma que o bebé nasceu em

dezesseis de Dezembro do ano mil oitocentos e sessenta e três, filho natural de Jozef Abetibol, subdito de religião judaica, negociante, e Rufina Maria de Oliveira, solteira, moradores na Rua do Calvário desta Villa, e paroquianos desta Freguesia, neto paterno de Antonio Abetibol, e Anna Aires, materno de António Patricio de Oliveira e Maria das Neves.⁴

Embora o apelido de Josef esteja incorretamente escrito aqui, o da sua mãe pode ser recuperado deste documento: “Aires”. É um apelido derivado do hebraico “arieh”, que significa “leão”.

Note-se que a adoção do apelido paterno aos filhos nascidos fora do casamento, era generalizada entre os judeus que tinham uma noiva judia em Portugal e tinham filhos com mulheres católicas nas ilhas, dentro de relações *more uxorio* paralelas. Esta situação não tinha equivalente entre os homens católicos casados, que não podiam dar o seu apelido aos filhos nascidos fora do casamento (CASTIEL, 2023, p. 113).

Uma camuflagem sem concessões

Podemos dar mais um passo para compreender melhor as razões para a adoção da dupla identidade judaico-católica por um judeu de origem marroquina que emigrou para as ilhas de Cabo Verde.

Ajuda-nos a Sentença nº 53, emitida em 26 de maio de 1874 pelo Conselho da Província:

Acordam os do conselho de província:
Que, tendo-lhe sido presente o requerimento em que Pedro Rodrigues de Castro recorre do acordam da camara municipal do conselho da ilha de São Nicolau, que lhe indeferira um outro em que pedira que se intimasse o hebreu José Bento d’Oliveira para registrar na secretaria da mesma camara a sua carta de naturalização, visto que, por certidão passada pela dita secretaria, consta não se achar ainda registada com tal nome: Atendendo a que o referido Oliveira tinha apresentado em sessão da camara de 1 d’abril a sua carta de naturalização, sob o nome de Joseph Abitbol, havendo-se reconhecido que ela já ali se achava registada desde 5 de dezembro de 1849; e tendo-se mostrado também que, com quanto fosse esse seu nome de família, ele usara, contudo, sempre do de José Bento d’Oliveira, pelo qual era conhecido antes e depois da naturalização, e tinha servido vários empregos: em vista do que a camara havia indeferido a pretensão do recorrente, baseando-se em que, registada a carta, embora com o nome de Joseph Abitbol, não havia necessidade de novo registo; Atendendo a que, segundo as alegações produzidas por José Bento d’Oliveira, e não contestadas pelo recorrente, se prova

que o uso deste nome, quando mesmo suposto, datava de mais de 25 anos, e que, por tanto, mal poderia aplicar-se-lhe o artº 226º do cod. pen. como pretende o recorrente, por isso que, quando existisse criminalidade, não era possível dar ao dito cod. um efeito retroactivo, como se lhe daria indo faze-lo punir um crime praticado muito antes dele ser posto em vigor nesta província (18 de dezembro de 1854);

[...]

Por todas essas considerações, resolvem os do conselho denegar o provimento ao recurso de que se trata, interposto pelo referido Pedro Rodrigues de Castro. Sala das sessões, etc. = Caetano Alexandre d’Almeida e Albuquerque, governador geral, presidente = Balsemão, secretário geral = P.A.M. d’Azevedo, delegado interino = V. J. de Mello = J. P. de Borja. (citado em: COHEN, 2021, p. 44-45)

Este documento confirma que: a) Josef Abitbol, portuguesado in Joseph Abitbol, chamava-se a si próprio e era conhecido como José Bento d’Oliveira, sem que isso tivesse aparentemente o efeito de ocultar a sua identidade judaica, que era bem conhecida das autoridades e da comunidade local; b) que ele era um súdito naturalizado português antes de 5 de Dezembro de 1849, data em que produziu a documentação da sua naturalização para a Câmara Municipal de São Nicolau; c) que a utilização do nome “José Bento d’Oliveira” por Josef Abitbol data de há mais de vinte e cinco anos, desde a data do julgamento, pelo menos até ao momento da sua naturalização, se não antes.

De facto, existe um registo da carta de naturalização de um judeu chamado José Abitbol emitida a 4 de Agosto de 1848 pelas autoridades portuguesas. Se, como é muito provável, esta é a mesma pessoa, pode-se assumir que Josef já se tinha tornado José no período de Lisboa que antecedeu a sua emigração para Cabo Verde.

Aqui, longe do centro do reino, e aparentemente mais protegido das discriminações e intimidações, ele, por um lado, mantém firme a sua identidade de crente israelita, e por outro lado experimenta uma estratégia de identidade mimética, assumindo um apelido difundido nas ilhas e que contém uma referência à presença dos cristãos novos nas ilhas. A inserção do nome do meio “Bento” entre o primeiro “José” (Josef/Joseph) e o apelido “d’Oliveira” pode ser simplesmente uma forma de reintroduzir na sua ‘assinatura’ o que era provavelmente o seu segundo nome hebraico: “Baruch”.

Se então assumirmos que Josef Abitbol emigrou para Cabo Verde no início da década de 1840, desde que o seu primeiro filho conhecido nasceu nas ilhas em 1844, isto significa que ele chegou lá mesmo antes de ser naturalizado português e que provavelmente se fez passar por José Bento d’Oliveira antes da sua naturalização. Daí uma outra hipótese: que a adoção do apelido menos exótico e mais mimético de “d’Oliveira” se deveu à necessidade de um estrangeiro de nacionalidade marroquina e de fé israelita ser aceite num contexto marcadamente católico.

A diferença que existe entre o caso de Abitbol e o de outros judeus que se estabeleceram ao mesmo tempo nas ilhas deve, portanto, ser referida ao facto que os apelidos de muitos deles fossem já “latinizados”, como no caso de Shlomo/Salomão Pimenta, mas também de Fortunato Cardoso e de Isaac Pinto, os dois primeiros nativos de Argel, o terceiro de Tânger (CORREIA, 1998, p. 83, 88).

A decisão de adotar não só um nome próprio diferente (José em vez de Josef/Joseph), como era habitual no caso de nomes difíceis de pronunciar em português – este é o caso documentado em Cabo Verde de muitos Mordechai se tornarem Marcos ou um Makluf se tornar José –, mas também um apelido diferente está, no entanto, documentado para o único caso do mesmo Josef Abitbol (COHEN, 2021, p. 45). De facto, outros judeus marroquinos que emigraram durante esse período mantiveram os seus apelidos 'exóticos', em alguns casos adaptando-os apenas parcialmente ao novo contexto linguístico. Talvez porque eram mais fáceis de pronunciar, como no caso dos Bendavid, Seruya, Naury, Auday, Benatar, Benoliel, Cagi, Gabay, Benros, etc. E, no entanto, talvez não só devido a um problema de eufonia, uma vez que apelidos como Azancot ou El-Caim – documentados nas ilhas (COHEN, 2021, p. 86, 87) – não parecem ser particularmente fáceis de pronunciar para um lusófono e devem ter parecido tão exóticos como Abitbol!

Deve concluir-se que a estratégia adotada por Josef Abitbol foi ao mesmo tempo radical e anómala: por um lado, uma camuflagem levada ao ponto de adotar um apelido anónimo – d'Oliveira 'funciona' tão bem como um Pinto ou um Cardoso –, de aceitar que todos os seus próprios filhos fossem batizados segundo o rito católico (mas isto era inevitável, ou mesmo automático, uma vez que não eram filhos de mães judias) e, por outro lado, manter o seu próprio nome judeu e organizar um túmulo exclusivamente israelita para o seu próprio féretro, e decidir dar o seu apelido judeu aos dois últimos meninos que teve nas ilhas, como se fosse insuportável que esse apelido se perdesse com ele.

Zelinda Cohen aponta outra peculiaridade do 'caso' Abitbol/d'Oliveira:

tanto os filhos de Maria das Neves Spencer como os de Rufina Maria d'Oliveira foram batizados na igreja matriz de São Nicolau, dando-se inclusive o estranho caso de as duas mulheres serem madrinhas de um dos filhos da outra: Maria das Neves, de Salomão, enquanto Rufina, de Francisca. (COHEN, 2021, p. 45)

Numa sociedade em que os laços familiares não passam pelo casamento e a estabilidade das relações entre homens e mulheres é muito ténue, sujeita ao emaranhado de um vínculo mesmo em traição ou abandono do telhado conjugal, através dos filhos, figuras masculinas de prestígio com um poder económico de certa magnitude – como a de Josef Abitbol, aliás José Bento d'Oliveira, deve ter sido – foram capazes de se amalgamar em torno de si mesmas redes familiares desatentas à coerência com certos princípios morais convencionais.

De facto, podemos até aventar-nos a que a força destes laços, que passam para o poder económico e têm o seu centro em figuras masculinas era mais forte do que qualquer princípio moral tradicional, também para uma pessoa imigrada de fé judaica que desejava manter a sua identidade religiosa até ao fim, como testemunham os documentos e o seu próprio túmulo.

No entanto, esta foi apenas em parte uma estratégia vencedora: o túmulo permaneceu, uma pedra que desafiou os séculos, e em suas letras hebraicas testemunha a fidelidade deste judeu marroquino às suas origens. Enquanto a transmissão do seu apelido de origem, esta foi imediatamente perdida, pois o único sobrevivente, Salomão, optou pela adoção do apelido

mimético de seu pai, deixando cair o próprio apelido de nascimento (COHEN, 2021, p. 43), para não dar origem a nenhum descendente portador do sobrenome exótico Abitbol!

Considerações finais

Josef/Joseph/José (Bento) Abitbol/d'Oliveira era um homem de negócios. Embora tivesse feito de S. Nicolau o seu local de referência, também residiu durante algum tempo na Praia, na ilha de Santiago (CORREIA, 1998, p. 86).

A sua filha Júlia Maria, que tinha tido com Maria das Neves Spencer, casou-se com o Dr. Bernardo José de Oliveira, com quem tinha ido viver em Santo António das Pombas, na ilha de Santo Antão antes de ser residente e proprietária de imóveis em S. Nicolau, situação para a qual existe uma documentação que remonta até ao ano 1912. Em Santo Antão ela ficou viúva por seu marido em 1899, herdando valiosos bens móveis e imóveis, incluindo terras e casas em várias partes da ilha (CORREIA, 1998, p. 69-71).

Júlio Bento, seu filho, tido também com Maria das Neves Spencer, entre 1880 e 1912 é negociante em S. Nicolau, onde vive e onde se casa, e onde tem um filho a quem dá o seu mesmo nome e «que fundou os Sokols de Cabo Verde (1932-1939), uma organização ligada ao desporto mas a que pertencia, desde os estudantes do liceu aos adultos, mesmo os homens já casados, tendo a mesma chegado a ter 2031 filiados, o que representava cerca de 10% da população mindelense de então» (OLIVEIRA, 2010, p. 103). O mesmo Júlio Bento de Oliveira «foi presidente da Câmara Municipal do Mindelo durante mais de uma década (1947-1960) e, note-se que, no século XIX, o seu tio Rafael Moisés de Oliveira tinha sido eleito presidente da Câmara Municipal da ilha de S. Nicolau em 1889» (OLIVEIRA, 2010, p. 103).

A linhagem deste imigrante africano de fé judaica mostra o sucesso da sua estratégia de creolização. Sua lápide, no entanto, nos lembra, como um aviso, que se as estruturas familiares e sociais da sociedade escravocrata foram capazes de metabolizar até mesmo identidades exóticas, como a de Josef Abitbol, algo dessa identidade não era trocável e, como tal, tornou-se parte integrante da cultura e do património histórico e arquitetónico de Cabo Verde: um grupo indelével de letras hebraicas!

Em conclusão, Josef Abitbol não foi certamente o único comerciante judeu marroquino que tentou estratégias de assimilação parcial no contexto católico das ilhas. Parece-nos, no entanto, que a sua estratégia bifocal foi bastante original, em comparação com a alteração mais comum do apelido. Uma estratégia dúplice que se manifesta também na decisão de transmitir o seu apelido original a alguns dos seus filhos, para além da escolha, ditada pela escassez de mulheres judias na ilha, de os conceber com mulheres católicas.

Referências bibliográficas

ABECASSIS, José Maria. **Genealogia hebraica: Portugal e Gibraltar, sécs. XVII a XX. Abeasis-Benhayon**, Vol. 1. Lisboa: Livraria Ferin, 1990.

BALENO CABRAL, Ilidio. Povoamento e formação da sociedade. In: DE ALBUQUERQUE, Luis, SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.), **História geral de Cabo Verde**. Vol. I. Lisboa – Praia: Instituto de Investigação Tropical – Instituto Nacional de Investigação Cultural, p. 125-177, 1991.

BOCV. Relação dos europeus falecidos nesta província, e cujas comunicações foram recebidas nesta Secretaria-Geral, desde 11 de Setembro do ano passado [1880]. **Boletim Oficial Cabo Verde**, nº 22, 1881.

CARREIRA, António. **Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)**. Terceira edição, Praia: Instituto de Promoção Cultural, 2000 (primeira edição: Porto: Imprensa Portuguesa, 1972).

CASTIEL, Carol (Org.). **Os Judeus Marroquinos de Cabo Verde. Século XIX**. Lisboa: Edições Colibri, 2023.

COHEN, Zelinda. A administração das ilhas de Cabo Verde pós-união ibérica: continuidades e rupturas. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.), **História geral de Cabo Verde**. Vol. III. Lisboa – Praia: Instituto de Investigação Tropical – Instituto Nacional de Investigação Cultural, p. 67-156, 2002.

COHEN, Zelinda. Para lá dos túmulos e da herança patronímica: práticas judaicas nas ilhas Cabo Verde. **Hamsa** [Online], 7, 2021 <<https://doi.org/10.4000/hamsa.1345>>.

CORREIA, Cláudia. **Presença de Judeus em Cabo Verde – Inventariação da documentação do Arquivo Nacional de Cabo Verde (1840-1927)**. Praia: Arquivo Nacional de Cabo Verde, 1998.

CORREIA E SILVA, António. Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.), **História geral de Cabo Verde**. Vol. II. Lisboa – Praia: Instituto de Investigação Tropical – Instituto Nacional de Investigação Cultural, p. 1-16, 1995.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. Do Mediterrâneo ao Atlântico: Comerciantes judeus de Marrocos e Gibraltar no arquipélago de Cabo Verde (1860-1900). In: TAVIM, José Alberto (Org.), **As Diásporas dos Judeus e Cristãos-Novos de Origem Ibérica entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico. Estudos**. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 227-244, 2020.

FAIGUENBOIM, Guilherme, VALADARES, Paulo, CAMPAGNANO, Anna Rosa. **Dicionário Sefaradi de Sobrenomes**. São Paulo: Fraiha, 2003.

GOTTLIEB, Anna. Revisiting History, Rethinking Identity: Some Cabo Verdean Profiles in Afro-Jewish Journeys. **The Journal of the Middle East and Africa**, 1, p. 47-73, 2019.

GREEN, Tobias. **Masters of Difference: Creolization and the Jewish Presence in Cabo Verde, 1497-1672**. PhD thesis, University of Birmingham, 2006

<<https://etheses.bham.ac.uk/id/eprint/208/>>.

GREEN, Tobias. Building Creole Identity in the African Atlantic: Boundaries of Race and Religion in Seventeenth-Century Cabo Verde, **History in Africa**, 36, p. 103-125, 2009.

GUGGENHEIMER, Heinrich W., GUGGENHEIMER, Eva H. **Jewish Family Names and Their Origins: An Etymological Dictionary**. New York: Ktav Publishing House, 1982.

MEINTEL, Deirdre. **Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cabo Verde**. Syracuse (NY): Maxwell School of Citizenship and Public Affairs, Syracuse University, 1984.

MENDONÇA DOS SANTOS, Matilde. **Zelar pela Fé: Inquisição e episcopado na diocese de Cabo Verde (1646-1821)**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2022.

OLIVEIRA, João Manuel Nobre de. A Presença Judaica em Cabo Verde. **Revista de Cultura**, 35, p. 95-105, 2010.

PIAZZA, Marco. The Cape Verde Jews: An Identity Puzzle. **Journal of Cape Verdean Studies**, 1, p. 27-35, 2020.

PIRES, Catarina. A surpreendente história da família Ruah. **Noticias Magazine** [Online], 11 abril 2016. <<https://www.noticiasmagazine.pt/2016/daniela-4-ruah-a-surpreendente-historia-da-sua-familia-2/historias/14511/>>.

RIBEIRO DA SILVA, Filipa. A Inquisição na Guiné, nas Ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, 5/6, p. 157-173, 2004; também publicado em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4584>>.

SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João. Igreja, missão e sociedade. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.), **História geral de Cabo Verde**. Vol. II. Lisboa – Praia: Instituto de Investigação Tropical – Instituto Nacional de Investigação Cultural, p. 359-508. 1995.

SERELS, M. Mitchell. **Jews of Cape Verde: A Brief History**. Brooklyn: Sepher-Hermon Press, 1997.

SOYER, François. The Massacre of the New Christians of Lisbon in 1506: A New Eyewitness Account. **Cadernos de Estudos Sefarditas**, 7, p. 221-244, 2007.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. **A Nation upon the Ocean Sea. Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Org.), **História geral de Cabo Verde.** Vol. II. Lisboa – Praia: Instituto de Investigação Tropical – Instituto Nacional de Investigação Cultural, p. 17-123, 1995.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. **From Spanish Court to Italian Ghetto. Isaac Cardoso: A Study in Seventeenth-Century Marranism and Jewish Apologetics.** 2 ed. Seattle: University of Washington Press, 1981.

¹ O(A) autor(a) gostaria de agradecer à Professora Ida Zatelli da Universidade de Florença (Itália), especialista em língua e literatura hebraica, pela sua inestimável ajuda na decifração da inscrição e pelas informações muito úteis relacionadas com os conteúdos da mesma. Agradecimentos também à Dra. Júlia Alexandrina Santos Mendes pelo seu precioso aconselhamento linguístico.

² Dados verificados com base nos registos de batismo consultados em 2022 no Arquivo do Estado de Cabo Verde, Praia: Arquivo Histórico Nacional (AHN), Registo Civil de São Nicolau, cx 1, Assentos de Batismos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Peça 1, 06 de novembro de 1842 à 03 de agosto de 1852; Peça 2, 11 de setembro de 1852 à 20 de março de 1864.

³ Dados verificados com base nos registos de batismo consultados em 2022 no Arquivo do Estado de Cabo Verde, Praia: Arquivo Histórico Nacional (AHN), Registo Civil de São Nicolau, cx 1, Assentos de Batismos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Peça 2, 11 de setembro de 1852 à 20 de março de 1864.

⁴ Arquivo Histórico Nacional (AHN), Registo Civil de São Nicolau, cx 1, Assentos de Batismos, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Peça 2, 11 de setembro de 1852 à 20 de março de 1864.